



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0084/2026
EDITAL DO PREGÃO SRP Nº 012/2026

O **MUNICÍPIO DE TAPEROÁ**, Estado do Bahia, através da Secretaria Municipal de Saúde, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo o critério de julgamento será o de menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 065, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h e 00min do dia 11/05/2026 às 10h e 00min do dia 27/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10h e 00min do dia 27/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h e 10min do dia 27/05/2026.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA COMPRA DE MATERIAL ODONTOLOGICO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes/itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. A participação no presente Pregão se dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico da Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**, disponível no endereço eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br/login>.

2.2. Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**; **telefone:** (34) 2512-6500; **e-mail:** fornecedor@licitanet.com.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

1) No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação.

2) Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado.

3) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

b) Demais documentos exigíveis pela **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**.

2.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances



sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

2.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à **Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

2.9. A presente licitação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.9.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá apresentar junto à plataforma do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, às seguintes declarações:

3.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

3.3.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.3.7. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.4. O atendimento ao subitem 3.3 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto à plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preço inicial, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes



campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. marca/modelo (se houver).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando foro



caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos** e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.9.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.3. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta.

5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.9.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



5.9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.13. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO REFERENTE AS TABELAS REFERIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.15.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.15.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.15.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de



trabalho, conforme regulamento;

5.15.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Bahia;

5.15.6.2. empresas brasileiras;

5.15.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.16.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastros de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de onde tiver sede o particular, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da



União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.9.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme ANEXO I do edital.

7.2. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6. Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo **120 (cento e vinte) dias**, após a sua data de emissão.

7.7. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.8. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/2014).

7.9. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais



certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/2014.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21.

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual



poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.taperoa.ba.gov.br/site/Transparencia>.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como nos Decreto nº 065, de 2021 do município de Taperoá.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão ou a execução do contrato;
- b) fraudar o Pregão ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

9.2.3.1.1. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Taperoá, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% a 30% sobre o valor o valor do contrato licitado.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão, em hipótese alguma, a obrigação de



reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde: $I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma** <https://licitanet.com.br/processos>; **ou através do e-mail:** licitacao@taperoa.ba.gov.br.

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei e Decreto Municipal nº 065/2021.

11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

11.3. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.



11.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.

11.5. A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.7. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.8. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade como descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

11.9. A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Setor de Contratos e com o Gestor do Contrato, localizado no paço municipal devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor por e-mail: licitacao@taperoa.ba.gov.br.

12. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO:

12.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

12.1.1. Quando o **preço de mercado** se tornar **inferior aos preços registrados**, a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

12.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas os contratos já firmados;

12.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

12.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a



aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma Licitanet – Licitações Eletrônicas 4.0 e no Diário Oficial do Município.

14.11. Os Trabalhos serão conduzidos por Servidor do Município de Taperoá – Estado do Bahia, denominado Pregoeiro (conforme Decreto nº 067/2021), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da “Licitanet” constantes da página eletrônica da Licitações Eletrônicas 4.0 (<https://portal.licitanet.com.br/login>).

14.12. Mais informações referentes este Pregão poderá ser solicitado por e-mail: licitacao@taperoa.ba.gov.br.

14.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.3.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

14.3.2. ANEXO II – Termo de Referência;

14.3.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;

14.3.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor);

14.3.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato/Ata;

14.3.6. ANEXO VI – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.

Taperoá – Bahia, 11 de maio de 2026.

Lorena Lemos Leite
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei.

2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei.

2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3. Quanto à Qualificação Econômica – Financeira:

3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor ou Órgão equivalente, na sede da Pessoa Jurídica.

4. Qualificação Técnica:

4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica (Modelo - Anexo VI).

4.2. Alvará ou Licença Sanitária para funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, da Sede do Licitante.

4.3. Certidão do Conselho Regional de Farmácia com documentação que comprove o farmacêutico responsável pela empresa (atualizado).

4.4. Autorização de funcionamento da ANVISA/DATAVISA para medicamentos comuns e especiais, correlatos e saneantes, acompanhado de página do Diário Oficial da União.

4.5. O licitante que for isento da apresentação da apresentação das licenças ou certificados deverá fazer prova da circunstância.

5. Declarações (Apresentar junto a plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preços inicial):

5.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

5.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



5.5. Que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.6. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Obs.:

1. Referente as declarações acima, poderá apresentar **Declaração Unificada**, conforme **modelo constante do Anexo III** deste edital.

2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser anexados no sistema eletrônico (Licitanet) no momento da digitação da proposta inicial ou deverão ser enviados após a disputa por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Registro de preços para aquisição de material odontológico para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Taperoá – Bahia.

2. DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	REFERENCIAL UNITÁRIO
01	Abridor de boca infantil (descanso de boca): material atóxico e esterilizável, com orifício central c/02 unidades.	un	50	27,08
02	Adesivo fotopolimerizável para esmalte e dentina - com carga de nano partículas de 5nm, solvente a base de água e álcool único. Sistema adesivo de frasco único. Frasco com 6 ml. Com registro na ANVISA. Correlato. Qualidade igual superior ao ambar fgm.	un	60	109,97
03	Agulha 17 mm ½ círculo com fio de sutura de nylon 4-0, com 24 unidades.	cx	60	51,43
04	Agulha 17 mm ½ círculo com fio de sutura de nylon 3-0, com 24 unidades.	cx	60	47,41
05	Agulha gengival descartável curta 30g c/100 und; adaptável em seringa carpule odontologica; esterilizada por óxido de etileno; tribiselada e siliconizada.	cx	30	51,54
06	Agulha gengival descartável longa 27g caixa com 100 unidades adaptável em seringa carpule odontológica esterelizada por óxido de etileno tribiselada e siliconizada.	cx	30	53,29
07	Alavanca apical reta 301, uso odontologico.	un	60	59,33
08	Alavanca seldin apical 303, uso odontologico.	un	60	81,29
09	Alavanca tipo seldin cabo oco reta nº 2, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, fabricação e registro na anvisa.	un	60	53,78
10	Alavanca seldin apical 302, uso odontologico.	un	60	71,46
11	Algodão hidrófilo 500 gr.	un	90	24,96
12	Algodão rolete dental pacote c/100.	pc	300	5,65
13	Amálgama em cápsula - composição: 40% de prata, 31,1% de estanho e 28,7% de cobre. Relação liga: mercúrio 1:0.92 (47,9% de mercúrio). O material deve proporcionar alta resistência à compressão, variação dimensional positiva, condensabilidade, brunimento, qualidade no contato interproximal e facilidade no manuseio e misturas de excelente qualidade e consistência, em todas as triturações, contendo na embalagem externa os dados de	pc	06	227,63



	identificação, presa regular, com variação dimensional positiva, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade. Embalagem com 50 cápsulas.			
14	Anestésico - cloridrato articaína com epinefrina 4% - caixa com 50 tubetes de 1,8 ml, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes de vidro, cada. Babador impermeável descartável com: 2 camadas de papel + 1 camada de plástico. Tamanho: 33x48 cm, cx com 100 un.	cx	200	324,00
15	Anestésico local injetável cloridrato de lidocaína 2% com epinefrina 1:100.000, para uso odontológico. Caixa com 50 tubetes. Com 1,8ml cada. Bula com informações em português. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	cx	300	306,63
16	Anestésico mepivacaína 3% sem vaso constritor - tubetes de vidro de 1,8ml p/ seringa carpule, caixa com 50 un.	cx	30	287,07
17	Anestésico tópico gel de uso odontológico com 20% de benzocaína, pote com 12g. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	30	28,54
18	Antisséptico bucal gluconato de clorhexidina 0,12%. Sem álcool. Com válvula pump. Indicado para eliminar os germes que causam a placa bacteriana, a gengivite e o mau-hálito. Ajuda a combater a gengivite. Ação antibacteriana prolongada. Mecanismo de ação específico e ativo contra bactérias gram-positivas e gram-negativas. Mecanismo de ação catiônica: a clorhexidina adere fortemente aos substratos aniônicos. Registro na ANVISA. Frasco contendo 2 litros.	fr	60	101,64
19	Aplicador descartável microbrush fine - cor: azul - contendo na composição polipropileno e fibras de poliamida. Haste dobrável. Extra fino. Caixa com 100 unidades. Com registro na ANVISA. Correlatos.	cx	120	28,43
20	Autoclave 40 litros digital: permite o controle em tempo real de todo o ciclo de esterilização através de dois painéis digitais independentes, totalmente em teclado de membrana e com diversos indicadores. Controle do ciclo totalmente automático através de microprocessador eletrônico smt (surface mount technology) com milhares de ciclos programáveis e que permite ajustes de tempo segundo a segundo e de temperatura grau a grau. Um controlador eletrônico de precisão possibilita escolher	un	06	8.815,00

	<p>tempos e temperaturas desejados tanto na esterilização quanto na secagem, o que permite adequar o uso ao tipo de material, sem danificá-lo. Uma ampla liberdade de escolha dos ciclos está disponível para a melhor adequação às necessidades de cada usuário. Fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial. Um dispositivo patenteado que impede a abertura da tampa enquanto houver pressão interna e também oferece maior durabilidade, segurança e suavidade no acionamento. Secagem do material com ajustes de temperatura grau a grau e de tempo segundo a segundo. Com opção de ciclos extras. Sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados. Guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização. Atuação descontínua da resistência durante o ciclo para menor consumo de energia elétrica. Utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor. Sistemas de segurança automáticos, com mensagens de erro visuais e sonoras. Dezenas de sistemas de segurança que controlam todo o ciclo e previnem falhas de operação e/ou funcionamento. Produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção. 22 sistemas de segurança: controlador eletrônico, controle de fechamento da tampa, controle de bloqueio de ciclo, controle de temperatura excessiva e falha de esterilização, controle de falta de água, controle de temperatura insuficiente e falha de esterilização, controle de interrupção de ciclo, indicação de erro no sensor, controle eletrônico para abertura indevida da tampa, válvula solenoide exclusiva para água, válvula solenoide exclusiva para vapor, válvula anti-vácuo, selo de segurança, guarnição, fecho de triplo estágio, fuso rolamento, tubulação interna, chave geral, fusível, tampa circular, travessa da tampa, trava auxiliar de segurança. Temperatura de trabalho: até 121°C e uma pressão de 1kgf/cm² acessórios: 02 bandejas em alumínio adonisado, copo graduado, manual de instalação e manutenção. Consumo de energia 500 watts a cada ciclo. 220v. (apresentar folder ou prospecto).</p>			
21	<p>Babador impermeável descartável, medindo 32 x 44cm podendo variar 10% para mais ou para menos, com grande capacidade de absorção e uma camada de plástico atóxico, embalagem com 100 unidades constando dados de identificação, procedência, nº do lote e data de fabricação.</p>	pc	300	20,95



22	Bandeja de inox lisa, medindo 22x17x1,5 cm podendo variar 10% para mais ou para menos. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote e data de fabricação.	un	30	62,70
23	Bicarbonato de sódio extra-fino, para uso odontológico em aparelho de jato de bicarbonato, sem sabor, embalagem em sachê de 40g constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	30	69,09
24	Bomba vácuo: para sucção de fluidos e resíduos provenientes de tratamentos ou cirurgias odontológicas com filtro coletor de detritos na entrada da sucção com fácil abertura para limpeza. Motor monofásico de 1/2cv bivolt 127/220v com seleção de tensão no motor. Equipamento com sistema de varredura a fim de limpar toda a tubulação. Turbina em liga de bronze e motor com eixo central em inox. Protetor térmico do motor acionado para proteger o motor e o circuito eletrônico em caso de quedas de tensão. Comando com acionamento eletrônico 03 fios (ligar e sinalizar funcionamento do motor) no mínimo 01 ano de garantia.	un	08	5.726,51
25	Broca carbide cirúrgica cônica dentada de ponta plana pm número 702. Marca de referência: jet, kg ou similar.	un	35	20,88
26	Broca cirúrgica zecrya – produzida em aço carbide com ponta ativa (0,8 mm de diâmetro) e esterilizável, possui formato tronco-cônico, com coloração prata, alta rotação, altamente cortante, sua ponta ativa produz superfície de corte mais lisa e regular sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Apresenta-se em blister com 1 unidade com 23 mm de comprimento, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	60	35,62
27	Broca diamantada nº 1.013 - esférica, broca de alta rotação que possua haste em aço inoxidável e parte ativa formada por micro grãos dediamantes naturais e sintéticos fixados por processo galvânico. Produzida com matérias primas nobres que resultem em perfeito acabamento de superfície. Com excentricidade zero e parte ativa diamantada uniforme. Indicada para operações rotineiras em esmalte, dentina e preparações cavitárias em geral. Apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	150	14,67

28	Broca diamantada nº 1.014 - esférica, broca de alta rotação que possui haste em aço inoxidável e parte ativa formada por micro grãos de diamantes naturais e sintéticos fixados por processo galvânico. Produzida com matérias primas nobres que resultam em perfeito acabamento de superfície, excentricidade zero e parte ativa diamantada uniforme. Indicada para operações rotineiras em esmalte, dentina e preparações cavitárias em geral. Apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	14,87
29	Broca diamantada nº 1.016 - esférica, broca de alta rotação, haste em aço inoxidável e parte ativa formada por micro grãos de diamantes naturais e sintéticos fixados por processo galvânico, produzida com matérias primas nobres que resultam em perfeito acabamento de superfície, com excentricidade zero e parte ativa diamantada uniforme, para operações rotineiras em esmalte, dentina e preparações cavitárias em geral. Apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	14,25
30	Broca diamantada nº 1.112 ff - identificada pela sigla ff (granulação extra fina), alta rotação, sua extremidade com formato de chama de vela delicado permite todas as manobras sobre faces livres ou proximais. Apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	14,00
31	Broca diamantada nº 1.190 ff - identificada pela sigla ff (granulação extra fina), alta rotação, sua extremidade com formato de chama de vela delicado permite todas as manobras sobre faces livres ou proximais. Apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	und	300	15,00
32	Broca diamantada nº 1035 - cone invertido, fabricadas a base de diamante natural. A haste é fabricada com aço inox de alta qualidade, rotação do instrumento sem vibrações e o encaixe perfeito nos dispositivos de alta rotação. Úteis na confecção de cavidades auto retentivas, apresenta-se em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	15,89



33	Broca diamantada nº 3168 ff - produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com haste fg e diamantadas através de processo eletroquímico único, que confere maior resistência na aderência do aço inoxidável com o diamante, bem como maior dureza do mesmo, aumentando a vida útil da ponta diamantada. Granulação extra fina. Alta rotação. Apresenta-se em blister com 1 unidade. Contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	15,38
34	Broca diamantada nº 3195 ff - fabricadas a base de diamante natural. A haste fabricada com aço inox de alta qualidade, rotação do instrumento sem vibrações, encaixe perfeito nos dispositivos de alta rotação. Granulação extra fina. Apresentase em blister com 1 unidade, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade.	un	300	15,13
35	Broca esférica carbide nº 1.	un	30	16,23
36	Broca esférica carbide nº 1/5.	un	30	15,10
37	Broca esférica carbide nº 2.	un	30	16,23
38	Broca esférica nº 2 para baixa rotação.	un	30	16,43
39	Cabo de bisturi nº 04, de aço, para lâmina de nº 10 a 17.	un	30	12,48
40	Cabo para espelho nº 5 em aço inoxidável. Embalado individualmente constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	150	13,16
41	Caneta alta rotação: peça de mão de alta rotação usada na remoção de material cariado, preparações de cavidades e coroas e retirada de enchimentos, entre outros. Acoplamento borden, spray triplo. Rotação máxima 380.000 rpm. sistema friction grip, saca-broca. Torque de 0.13 ncm. rotores balanceados o que garante baixo nível de ruído e vibração proporcionando menos estresse para o dentista e paciente. Peso ideal, projetada para compensar o peso e a força das mangueiras, o que impede a força contrária em relação ao movimento da caneta do campo de trabalho. Biossegurança: autoclavável até 135°C com durabilidade garantida por até 1.000 ciclos de esterilização. Material fabricado em latão e tratamento em níquel químico com superfície lisa facilitando a assepsia. No mínimo 01 ano de garantia. Marca igual ou superior a kavo.	un	16	1.696,12
42	Cartao de raio x periapical, com 01 furo, pacote com 100 unidades	pc	20	24,33
43	Cimento de oxifosfato de zinco - pó: fc c/28g cor amarelo claro; liq: fc 10ml	un	20	14,25

44	Cimento hidróxido de cálcio radiopaco - sistema pasta - pasta, contendo: base = 3gr; catalis 11gr.	un	20	57,84
45	Colgadura individual inox, para prender e pendurar filmes radiográficos	un	100	8,87
46	Colher de dentina, aço inoxidável, autoclavável, número 19, uso odontológico	un	50	11,15
47	Compressor de ar: possui reservatório com tratamento interno antioxidante, além de dispositivos de segurança como pressostato com chave geral liga/desliga, válvula de segurança, dispositivo de alívio do excesso de pressão, rele térmico (protetor de sobrecarga de tensão) protegendo o motor contra quedas ou picos de tensão desligando-o automaticamente em casos de temperatura excessiva. O compressor conta também com manômetros para verificar a pressão interna do reservatório, registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de fácil acesso, filtros de aspiração (entradas de ar no reservatório). Equipamento composto de motor monofásico 2cv, com seleção de tensão 220v, volume de reservatório 100 litros, unidade compressora 1 estágio – 2 pistões, deslocamento teórico 10 pés/min, pressão de operação mínima e máxima 80/140 lbf/pol. Reservatório fabricado de acordo com a norma nr 13.	un	08	14.678,99
48	Condicionador ácido fosfórico 37% - condicionador de ácido fosfórico a 37% em forma de gel seringa com 2,5ml, embalagem com 03 seringas- solução de ácido fosfórico na concentração de 37% em gel; permite uma maior e melhor retenção dos materiais resinosos utilizados nas restaurações diretas, na fixação de brackets ortodônticos, na cimentação adesiva de restaurações indiretas e nos selamentos de fôssulas e fissuras. 3 seringas com 3ml cada; 3 ponteiros para aplicação.	pc	60	11,17
49	Consultório odontológico composto de: cadeira: cadeira odontológica com base com pequena dimensão fabricada em chapa maciça de aço carbono, com isolamento por tapete de borracha; assento e encosto acionados por dois motoredutores elétricos; comando de pé com os movimentos de subida e descida do assento e encosto, posição de trabalho e volta a zero através do acionamento do conjunto dos comandos do assento e encosto liga e desliga do refletor; estruturas do assento e encosto pintadas com tinta de poliuretano lisa, de alto brilho; braços de apoio; estofamento com espuma revestida com perfil de pvc; encosto de cabeça com movimentos longitudinal e bi-articulado; pontos de alimentação e ligação do equipo e da unidade auxiliar localizados	un	06	18.773,45

	<p>sob a tampa frontal da cadeira; chave geral energiza / desenergiza todo o conjunto; transformador com seleção de entrada para 110/127/220v .o equipamento deve apresentar comando elétrico do pedal acoplado a cadeira odontológica. Equipo: equipo odontológico acoplado à cadeira; braço articulado, mobilidade horizontal e vertical até 50cm, com travamento pneumático; corpo e suporte de pontas giratório no braço do equipo; partes metálicas; capas de cantos arred. Pintadas com tinta de poliuretano lisa, de alto brilho; seleção automática das pontas mangueiras lisas, leves e flexíveis; suporte de pontas em peça individual possibilita ajuste do ângulo de inclinação das peças de mão; terminal de pontas com uma seringa tríplice, bico curvo, removível e esterilizável em autoclave; três terminais tipo borden, sendo dois para o alta rotação e um para o baixa rotação; torneiras do spray do alta rotação localizadas no próprio corpo dos terminais; bandeja removível fabricada em aço inox; reservatório de água com capacidade de 1000 ml, para o “sistema potável”; pedal único, pneumático, de acionamento progressivo para comando das peças de mão. Unidade auxiliar: unidade auxiliar acoplada a cadeira, pintada com tinta a base de poliuretano, lisa de alto brilho; corpo confeccionado em poliestireno; porta-copos com sistema de acionamento elétrico; bacia removível, confeccionada em cerâmica esmaltada; suporte do sugador com giro de 180°; interruptor de acionamento elétrico para água da cuspideira e do porta-copos; com dois sugadores, sendo um operado através de bomba de vácuo e outro tipo venturi, acionados automaticamente; separador de detritos, instalado sob a tampa frontal da cadeira; caixa de esgoto blindada, fabricada em pvc. Refletor: refletor odontológico acoplado a cadeira, monofocal, cabeçote com espelho especial multifacetado; intensidade de luz de 20.000 lux; temperatura de cor de aproximadamente 5.500° k; campo de iluminação 8 x 18cm, a uma distância de 70cm do foco; fonte de luz com lâmpada incandescente h3 halógena, de 12 v.a.c. e 55w; protetor da lâmpada em chapa de aço carbono e do espelho confeccionado em material ransparente; puxador ergonômico; braço tipo pantográfico, confeccionado em aço carbono fosfatizado e pintado com tinta a base de poliuretano, lisa, de alto brilho; articulações em aço carbono. Mocho: mocho odontológico com sistema de gás</p>			
--	--	--	--	--

	pressurizado; cinco rodízios duplos, fixados nas extremidades da base de sustentação; encosto oscilante com movimentos reguláveis de afastamento e aproximação, estofamento côncavo; assento com estofamento pouco espesso, formato anatômico com borda anterior arredondada; assento e encosto giratório; estofados com espuma de poliuretano moldado e revestido com perfil de pvc expandido. Obs.: para compatibilidade no funcionamento e na instalação com garantia, todos os equipamentos desse item devem ser de uma única marca (indústria fabricante). Apresente certificação ANVISA para produto. Garantia mínima de 12 meses.			
50	Consultório odontológico portátil completo: 01 compressor odontológico portátil 25l, isento de óleo. - 01 maleta contendo: - 01 pedal de comando; - 01 reservatório de água limpa com capacidade de 600ml; - 01 reservatório do aspirador-sugador com capacidade de 1 litro; - 01 equipo completo contendo: 01 caneta de alta rotação. 01 micro motor. 01 contra- ângulo. 01 peça reta. 01 seringa triplice. 01- sugador. 01 ultrassom. 01 jato de bicarbonato. 01 fotopolimerizador led. - 01 mocho/banqueta dobrável portátil com encosto. - 01 refletor portátil retrátil com tripé, haste flexível e lâmpada de led branca. - 01 cadeira odontológica portátil dobrável, com bandeja integrada para instrumentos e cuspeira com reservatório.	un	03	13.640,00
51	Contra ângulo: com spray externo, o contra-ângulo utiliza brocas pm de 2,35mm e encaixe universal intramatic. Rotação ajustável que vai de 5 mil a 20 mil rpm. Baixo nível de ruído e vibração. Indicada para preparação de cavidades, não sendo indicado para cirurgias, profilaxia e desgaste de metais e materiais abrasivos.baixo nível de ruído e vibração: oferece tratamentos mais tranquilos, com menos estresse para o dentista e para o paciente;spray único externo: distribuição simétrica, evita o superaquecimento na região de corte da broca;fácil manuseio: possui encaixe intramatic universal, permite giro livre de 360°;ergonômica: a angulação da cabeça do contra- ângulo favorece a pega durante os procedimentos, evitando a movimentação desnecessária da mão do dentista. No mínimo 01 ano de garantia. De marca similar ou superior a kavo.	un	08	850,00
52	Cureta de lucas nº 85, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	30	22,66



53	Cureta gracey nº 1/2, para raspagem, autoclavável.	un	65	53,55
54	Cureta gracey nº 11/12, para raspagem, autoclavável.	un	16	49,52
55	Cureta gracey nº 13/14, para raspagem, autoclavável.	un	16	51,45
56	Cureta gracey nº 3/4, para raspagem, autoclavável.	un	35	51,55
57	Cureta periodontal gracey 5/6, cabo oco, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	30	50,64
58	Cureta periodontal gracey 7/8, cabo oco, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	50	54,33
59	Descolador de molt 18 cm aço inoxidável autoclavável	un	90	53,44
60	Desincrustante para limpeza interna dos sistemas de sucção odontológica, não espumante dissolve material orgânico prevenindo entupimentos, eliminando resíduos depositados nas mangueiras e nos separadores de detritos. Princípio ativo ácido fosfórico. Frasco contendo 1 litro. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Apresentar fispq (ficha de informações de segurança de produtos químicos), contendo as informações relativas ao produto químico conforme abnt nbr 14.725. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	16	50,56
61	Destilador de água: o destilador é econômico e prático. Para uso em autoclaves de esterilização a vapor ou qualquer outra aplicação onde seja necessária a utilização de água destilada. O equipamento possui design moderno, fácil manuseio e não necessita instalação hidráulica. O baixo consumo de energia é outra característica importante, com ele é possível economizar até 35% nos gastos com água destilada. Capacidade do reservatório de água destilada 3,8 litros. Potência 550 watts, tensão de 127voltage e corrente elétrica 4,3 ampêres. Frequência 60 hz. Equipamento com chave de nível de água cuja função principal é desligar o aparelho ao final do ciclo de destilação. No mínimo 01 ano de garantia.	un	12	1.043,00
62	Embalagem grau cirúrgico, rolo medindo 8cm x 100m, embalagem descartável para esterilização, composta de uma face em papel grau cirúrgico composto de celulose alvejada, 100 % isento de corantes e/ou substâncias tóxicas, com gramatura de 60 a	un	60	50,79

	80 g/m2 (nº 12.946/93), a outra face em filme plástico laminado, transparente em poliéster com polietileno ou polipropileno, com gramatura mínima de 54 g/m2, atóxico, resistente à esterilização à vapor e óxido de etileno, com características de barreira biológica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e nº do lote. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.			
63	Escavador de dentina duplo nº 11,5 em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	60	15,10
64	Escova de robinson, para contra ângulo, reta, plana e sem orifício meio, na cor branca, para profilaxia. Embalagem constando dados de identificação, procedência e nº do lote e data de fabricação.	un	3.000	3,85
65	Escova dental infantil, cerdas de nylon super macias, com 4 fileiras de tufo, contendo 28 tufo de cerda aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura, cabo reto, medindo 15 cm de comprimento anatômico.	un	3.000	81,88
66	Escova para limpeza de broca, corpo em plástico com regulagem de altura das cerdas, cerdas em latão ondulado. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote e data de fabricação.	un	16	19,23
67	Espátula de resina nº 1, dupla, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	90	28,78
68	Espátula inserção de fio retrator dupla nº 3079.	un	50	95,64
69	Espátula simples para manipulação de cimento.	un	50	15,02
70	Espelho bucal nº 5, plano, sem aumento, produzido em aço inoxidável, rosca universal. Embalagem contendo dados de identificação, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	150	5,97
71	Esponja hemostática de colágeno hidrolisado (gelatina) contendo 5% de prata coloidal. Caixa com 10 unidades.	cx	30	70,93
72	Filme de pvc com cabo giratório: recomendado para 22 isolamento de áreas de equipamentos, diminuindo o risco de contaminação cruzada. Medidas: 12 cm x 120m.	un	90	25,96
73	Filme radiográfico infantil periapical insight ip-01 (carestream dental) – cor roxa, velocidade f, tamanho 22 x 35 mm. Caixa com 100 unidades. Com registro na anvisa. Correlato. Fotopolimerizador:	cx	30	354,82

	fotopolimerizador à bateria (sem fio): aparelho de fotopolimerização de resina com sistema led e intensidade mínima de luz de 1200mwcm e comprimento a partir de 420 nm com até 3°c de calor. Apresente a opção de 3 módulos de potência programáveis sendo: intenso, gradual e pulso, onde deverá ter bip sonoro indicativo de tempo e no final da operação. Tecnologia à bateria, podendo ser usado com ou sem fio. Bivolt, automático 90/240v. Ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra ótica orientada (sem fuga de luz) autoclavável e com giro de 360°. Apresente certificação ANVISA para produto e indústria fabricante. Garantia mínima 12 meses.			
74	Filme radiográfico para radiografia periapical adulto, tamanho 31x41 mm, velocidade e deve fornecer nitidez brilhante de imagem. Caixa com 150 películas embaladas individualmente em películas de vinil. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade minima de 18 meses a partir da data de entrega.	cx	30	326,73
75	Filtro regulador de pressão para ar do compressor: filtro regulador para controle de pressão de baixa vazão com válvula incorporada equipado com 2 saídas de ar porregistros de 1/4" bsp macho.manômetro calibrado até 160 lbs/pol2. Sistema de segurança automático contra oscilação brusca de pressão. Dreno automático e sistema centrifugo de filtragem com refil de 5 micra. Elemento filtrante descartável de fácil substituição com carvão ativado para uso odontológico.	un	10	444,94
76	Fio de sutura de seda: no 4-0 (quatro/zero), montado com 23 45 cm de comprimento e agulha cortante de secçãop triangular e 19 mm. (caixa com 24 unidades).	cx	90	72,81
77	Fio dental, confeccionado em nylon resistente, lubrificado com cera natural, livre de impurezas, embalagem com cortador metalico em aco inoxidavel, que corte o fio sem desfia-lo, embalado em estojo individual de polipropileno, com 500 metros.	un	50	11,21
78	Fio retrator gengival 00 - de afastamento gengival, confeccionado 100% em algodão, não impregnado, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade. Embalagem contendo 250 cm.	un	20	62,53
79	Fio retrator gengival 000 - de afastamento gengival, confeccionado 100% em algodão, não impregnado, contendo na embalagem	un	20	71,23



	externa os dados de identificação, procedência, número de registro na ANVISA, lote e validade. Embalagem contendo 250 cm.			
80	Fita matriz metálica 5mm.	un	12	4,32
81	Fita matriz metálica 7mm.	un	12	3,63
82	Fixador radiográfico odontológico para processamento manual, frasco com 475ml. Embalagem constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e nº do lote. Apresentar fispq (ficha de informações de segurança de produtos químicos), contendo as informações relativas ao produto químico conforme abnt nbr 14.725. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	30	33,44
83	Force raspador ponta morse 0-00, para raspagem, autoclavável.	un	65	54,08
84	Forceps 65.	un	21	90,00
85	Forceps 68.	un	21	91,50
86	Fórceps adulto nº 150 totalmente autoclavável, produzido em lga de aço inoxidável de alta qualidade, garantia de 2 anos contra defeito de fabricação para pré molares incisivos e raízes superiores.	un	50	95,60
87	Fórceps adulto nº 151 totalmente autoclavável, produzido em liga de aço inoxidável de alta qualidade, garantia de 2 anos contra defeito de fabricação para pré molares incisivos e raízes inferiores.	un	35	98,09
88	Fórceps adulto nº 16 totalmente autoclavável, produzido em liga de aço inoxidável de alta qualidade, garantia de 2 anos contra defeito de fabricação para pré molares inferiores ambos os lados.	un	35	96,77
89	Fórceps adulto nº 17 totalmente autoclavável, produzido em liga de aço inoxidável de alta qualidade, garantia de 2 anos contra defeito de fabricação para pré molares inferiores ambos os lados.	un	60	95,44
90	Forceps adulto nº 53r para extração de molares superiores, lado direito.	un	50	110,00
91	Fórceps adulto nº 69: indicado para restos radiculares. Em liga leve, aço inoxidável, autoclavável.	un	50	95,45
92	Fórceps adulto nº18l: indicado para primeiros e segundos molares superiores esquerdo em liga de aço inoxidável, autoclavável.	un	60	97,69
93	Fórceps adulto nº18r: indicado para primeiros e segundos molares superiores direito em liga de aço inoxidável, autoclavável.	un	60	97,13
94	Fórceps infantil nº 150: indicado para extração de dentes e raízes inferiores em liga de aço inoxidável, autoclavável.	un	21	96,21



95	Fórceps infantil nº 151: indicado para extração de dentes e raízes inferiores em liga de aço inoxidável, autoclavável.	un	21	98,56
96	Fórceps infantil nº 17: indicado para incisivos e caninos superiores. Em liga de aço inoxidável, autoclavável.	und	21	96,14
97	Fórceps infantil nº18r indicado para primeiros e segundos molares superiores direito em liga de aço inoxidável, autoclavável.	un	21	85,40
98	Fotopolimerizador à bateria (sem fio): aparelho de fotopolimerização de resina com sistema led e intensidade mínima de luz de 1200mwcm e comprimento de onda de 420 a 480nm com até 3°c de calor. Apresente a opção de 3 módulos de potência programáveis sendo: intenso, gradual e pulso, com tempo de operação mínimo de 20 segundos com bip sonoro a cada 5 segundos e no final da operação. Tecnologia à bateria, podendo ser usado com ou sem fio. Bivolt automático 90/240v. Ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra ótica orientada (sem fuga de luz) autoclavável e com giro de 360°. Apresente certificação anvisa para produto e industria fabricante. Garantia mínima 12 meses. Similar ou superior a schuster.	un	06	997,19
99	Hidróxido de cálcio p.a. frasco com 10g.	fr	20	15,00
100	Ionomero de vidro r liquido + po. Ionomero de vidro que apresenta as seguintes características: composicao: vidro de aluminio fluorsilicato, acido policarboxilico, acido tatarico, fluoreto de calcio eagua. Seja multiuso: forramento e restaurador. Restaurador de alta resistencia, libera ions de fluor, nao soluvel, adesao quimica a estrutura dental, cada kit deve conter: 01 frasco de po com 10gr, 01 frasco de liquido com 08gr, 01 colher dosadora, 01 bloco de espaturamento. Cor a2.	un	30	123,00
101	Jaleco cirurgico descartável manga longa - gramatura de 30gr, laços em faixas na cintura e no pescoço, punho elástico, em tnt branco. Embalagem com 10 unidades. Com registro na anvisa.	un	120	47,76
102	Kit de alavanca heidbrink.	pc	07	125,32
103	Kit de posicionadores radiográficos cone indicador autoclavavel.	un	12	90,92
104	Kit de posicionadores radiográficos infantil cone indicador autoclavavel.	un	10	83,08
105	Lâmina de bisturi, material aço carbono, tamanho número 11, descartável, estéril, embalada individualmente. Caixa com 100 unidades. Marca de referência: paramount ou similar.	cx	60	44,93
106	Lâmina de bisturi, material aço carbono, tamanho número 15, descartável, estéril, embalada individualmente. Caixa com 100	cx	60	47,31



	unidades. Marca de referência: paramount ou similar.			
107	Lâmina de bisturi, material aço carbono, tamanho número 15c, descartável, estéril, embalada individualmente. Caixa com 100 unidades. Marca de referência: paramount ou similar.	cx	60	44,25
108	Líquido hemostático. Ideal para prevenir e conter pequenos sangramentos durante os procedimentos de moldagens, restaurações e próteses. Hemostático com cloreto de alumínio. Frasco com 10ml.	un	30	34,05
109	Lubrificante para instrumentos de alta e baixa rotação, spray, frasco com bico aplicador acoplado, contendo 200ml. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote e data de fabricação. Validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.	cx	20	60,70
110	Máscara cirúrgica descartável, confeccionada em tecido não tecido (tnt), para uso odontológico hospitalar com no mínimo três camadas, sendo uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante, atóxica, com elásticos nas extremidades da lateral, a camada externa da máscara e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos), deve ser confeccionada de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, com clipe nasal constituído de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das bochechas, com elemento filtrante onde deve possuir eficiência de filtração de partículas (efp) > 98% e eficiência de filtração bacteriológica (bfe) > 95%, embalagem com 50 unidades contendo dados de identificação, procedência e registro na anvisa. Deverá seguir as normas da abnt nbr 15052:2004 e 14873:2002.	cx	85	10,89
111	Micro motor: micromotor com sentido de rotação ajustável que vai de 5 mil a 20 mil rpm no regulado no próprio instrumento. O encaixe é borden e dispõe do sistema universal intramatic. A angulação da cabeça do contra-ângulo favorece a pega durante os procedimentos, evitando a movimentação desnecessária da mão do dentista. baixo nível de ruído e vibração: menos estresse para o dentista e paciente; spray único externo: distribuição simétrica, evita o superaquecimento na região de corte da broca. Encaixe intramatic universal: fácil manuseio. Ergonomia: a angulação da cabeça do contraângulo favorece a pega durante os procedimentos, evitando a movimentação desnecessária da	un	16	936,99

	mão do dentista. Biossegurança: autoclavável até 135°C com durabilidade garantida por até 1.000 ciclos de esterilização. No mínimo 01 ano de garantia. Marca similar ou superior a kavo.			
112	Mocho: mocho odontológico com sistema de gás pressurizado; cinco rodízios duplos, fixados nas extremidades da base de sustentação; encosto oscilante com movimentos reguláveis de afastamento e aproximação, estofamento côncavo; assento com estofamento pouco espesso, formato anatômico com borda anterior arredondada; assento e encosto giratório; estofados com espuma de poliuretano moldado e revestido com perfil de pvc expandido. Obs.: para compatibilidade no funcionamento e na instalação com garantia, todos os equipamentos desse item devem ser de uma única marca (indústria fabricante). Apresente certificação ANVISA para produto. Garantia mínima de 12 meses.	un	08	932,83
113	Óculos de proteção.	un	07	13,53
114	Papel carbono - carbono oclusal do tipo biarticulado em duas cores: vermelho e azul (bloco c/10).	un	70	15,81
115	Pasta de dente adulto, com flúor, sem corantes, baixa abrasividade, embalagem com 50 gramas acima de 1.200 ppm/fluor.	un	3.000	3,03
116	Pasta de dente infantil, com flúor, sem corantes, baixa abrasividade, embalagem com 50 gramas acima de 1.000 ppm/fluor.	un	3.000	3,53
117	Pasta de polimento com ingredientes atóxicos, solúveis em água, especialmente selecionados para auxiliar na lubrificação durante o polimento (minimiza a geração de calor durante o procedimento) e facilita sua remoção ao final do tratamento com viscosidade média e não é susceptível à ação do calor, que possa ser utilizada com todos os materiais restauradores; é uma pasta de polimento produzida com diamante micronizado de granulação extra fina (2 a 4 microns) e altíssima dureza para atender às exigências de polimento. Embalagem com 2g.	un	25	67,34
118	Pasta profilática com flúor, sem óleo, sabor tutti-frutti, bisnaga com 90g. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	50	16,45
119	Pedra pomes. Pó fino utilizado para o acabamento e polimento em próteses e resinas acrílicas, conferindo às partes metálicas e plásticas à uma superfície mais lisa. Embalagem com 100g.	un	17	10,78
120	Pinça clínica 15 cm, monoangulada, confeccionada em aço inoxidável. Embalagem constando dados de	un	65	16,52

	identificação, procedência, nº lote e registro na ANVISA.			
121	Placa de vidro para manipular materiais odontológicos.	un	20	17,55
122	Ponta de ultrassom perio compatível com aparelho saevo holdent confeccionada em aço de liga especial, protegido contra oxidação, com dureza, design e massa que proporcionam um trabalho em alta frequência; canal interno para refrigeração da parte ativa do tip; rosca externa de diâmetro. Utilizada na remoção do tártaro nas faces vestibulares, linguais e cervicais dos dentes anteriores. Garantia 6 meses após a compra	pc	30	157,84
123	Porta agulha mayo hegar 14 cm, com vídea, confeccionado em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº lote e registro na anvisa.	un	35	41,81
124	Porta broca – para o uso em clínicas e laboratórios, confeccionado em alumínio, autoclavável, capacidade para 20 brocas, contendo na embalagem externa os dados de identificação, procedência, lote e validade.	un	20	42,16
125	Raio x odontológico 70 kvp coluna movel: raio x aparelho de raios-x com base móvel, sobre quatro rodízios duplos, com freios, que proporcionam boa estabilidade e melhor aproximação ao paciente e também o uso em mais de uma sala clínica. Braços articulados confeccionados em aço e aço com cobertura em abs injetado de alto impacto, com alcance horizontal de 1104 mm e vertical até 620 mm; mecanicamente balanceados através de molas que compensam o peso do aparelho, fazem com que o posicionamento do cabeçote seja fácil e preciso, mesmo em radiografias mais difíceis. Cabeçote com sistema de aterramento para maior proteção ao operador; ampola importada marca toshiba proporciona maior segurança quanto à eficiência e durabilidade em função da experiência internacional do fabricante; dois limitadores na articulação oferecem proteção aos cabos elétricos. Imersão em óleo garante refrigeração e isolamento eficazes, mesmo nos casos de uso intensivo. Câmara expansora e borracha com resistência potencial de elasticidade e tamanho garante proteção ao cabeçote, operador e paciente, pois o óleo aquecido a altas temperaturas, dilata com segurança reduzindo a pressão volumétrica, proporcionando a refrigeração ideal aos componentes do cabeçote, sem vazamento ou explosão. Filtração total com equivalência em alumínio de 2,71mm libera os raios úteis e retém os raios moles,	un	08	15.372,60

	<p>eliminando a radiação secundária. Colimador primário, colocado após o filtro de alumínio limita o feixe de raios-x para o diâmetro de 59 mm na saída do cilindro localizador, reduzindo radiações em outras direções evitando que o feixe de raios-x atinja as paredes do cilindro; com bom direcionamento, diminui a área irradiada após o filme, dando maior proteção ao paciente. Cilindro de orientação longo, utilizado para permitir o perfeito posicionamento do filme em relação ao feixe de raios-x; dimensionado para um sistema foco- filme de 200mm; revestido em chapa de chumbo de 0,5mm de espessura, retém a radiação secundária que por ventura possa se formar na colimação primária. Colimador secundário localizado na extremidade do cilindro, elimina a radiação secundária que possa se formar após o colimador primário, aumentando a segurança do profissional. Ponto focal de 0,8 x 0,8mm proporciona maior nitidez e detalhe. Goniômetro utilizado para se conseguir o ângulo de inclinação desejado, graduado com divisões de 10 em 10 graus, tanto positivos quanto negativos. Tensão nominal 70 kvp; devido ao maior poder de penetração do feixe dos raios, pode-se operar com um menor tempo de exposição, reduzindo a possibilidade da radiação ser absorvida pelos tecidos, permitindo observação muito superior dos detalhes nas radiografias, inclusive dos tecidos moles. Corrente de 8 ma prolonga a vida dos componentes do cabeçote. Painel de comando com interruptor geral permite a visualização quando o aparelho está ligado. Controle remoto conectado ao painel de comando através de fio espiralado, com todos os controles agrupados, permite o comando a uma distância de até 3m fora da área de radiação secundária, permitindo a possibilidade de acompanhamento visual do exame clínico. Display indicador de tempo de exposição com escala graduada de 0,1 a 2,5 segundos oferece mais opções na escolha do tempo de exposição; o tempo de pré-aquecimento.o aparelho deverá conter regulador de tensão. Bivolt. Similar ou superior a gnatus.</p>			
126	<p>Resina composta de dentina, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanohíbrida, radiopaca, fluorescente, com partículas de fluoreto de bário e alumínio, monômero tcd-di-hea de udma, aspecto físico escupível, cor da1. Seringa com 4 gramas. Marca de referência: charisma, keer ou similar. Anterior e posterior do dente</p>	un	25	68,41

	mesmo com a aplicação de uma única camada fina do produto.			
127	Resina composta de dentina, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanohíbrida, radiopaca, fluorescente, com partículas de fluoreto de bário e alumínio, monômero tcd-di-hea de udma, aspecto físico escupível, cor da2. Seringa com 4 gramas. Marca de referência: charisma, keer ou similar. Anterior e posterior do dente mesmo com a aplicação de uma única camada fina do produto.	un	25	63,45
128	Resina composta, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas micro híbrida, aspecto físico fluido, tipo flow, cor a3. Matriz orgânica com bis-gma, análogo de baixa viscosidade do bisgma, bis-ema (6) e udma, parte inorgânica de zircônia/sílica (0,01 a 3,5µm), fluoreto de itérbio (0,1 a 5µm). 64,5% em peso, 42,5% em volume. Marcas de referência: 3m, shofu, keer ou similar.	un	35	55,88
129	Resina composta, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanohíbrida, radiopaca, fluorescente, com partículas de fluoreto de bário e alumínio, monômero tcd-di-hea de udma, aspecto físico escupível, cor a2. Seringa com 4 gramas. Marca de referência: charisma, keer ou similar. Anterior e posterior do dente mesmo com a aplicação de uma única camada fina do produto.	un	25	67,60
130	Resina composta, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanohíbrida, radiopaca, fluorescente, com partículas de fluoreto de bário e alumínio, monômero tcd-di-hea de udma, aspecto físico escupível, cor a3,5. Seringa com 4 gramas. Marca de referência: charisma, keer ou similar. Anterior e posterior do dente mesmo com a aplicação de uma única camada fina do produto.	un	35	79,93
131	Resina composta, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanohíbrida, radiopaca, fluorescente, com partículas de fluoreto de bário e alumínio, monômero tcd-di-hea de udma, aspecto físico escupível, cor a3. Seringa com 4 gramas. Marca de referência: charisma ou similar. Anterior e posterior do dente mesmo com a aplicação de uma única camada fina do produto.	un	35	77,30
132	Revelador radiográfico odontológico para processamento manual, frasco contendo 475ml. Embalagem constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e nº do lote. Apresentar fispq (ficha de informações de segurança de produtos químicos), contendo as informações relativas ao produto químico conforme abnt nbr 14.725. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	10	43,05
133	Roleta de algodão para absorção de saliva durante tratamento odontológico, macio e	pc	85	4,19

	com alto poder de absorção, levemente gomado, com fibras 100% naturais, pacote com 100 unidades. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação, registro na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.			
134	Seladora: seladora manual de mesa, ideal para embalagem de até 25 cm de largura, sistema de selagem tipo barra aquecida o que proporciona maior vida útil da resistência. Espessura de selagem de 13 mm atendendo as normas internacionais de segurança, área de selagem: 250 mm. Dispõe de tecla liga/desliga energia, com tensão de 127volts e potência de 166watts. No mínimo 01ano de garantia.	un	06	1.135,34
135	Selante de sulcos e cicatrículas, com flúor, fotopolimerizável, incolor. Apresentação em seringa com 2 g. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA. Validade de mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	un	25	36,57
136	Seringa carpule articulada com refluxo (dispositivo pino de pressão), confeccionada em aço inoxidável, compatível com qualquer tubete padronizado de anestésico. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	150	64,89
137	Sindesmótomo duplo nº 1, confeccionado em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, data de fabricação, nº do lote e registro na ANVISA.	un	35	26,86
138	Sistema de acabamento e polimento de resina com as seguintes características: pontas de borracha à base de silicone com óxido de alumínio e mandril de metal com revestimento em níquel. O kit deve conter borrachas de polimento no formato de chama, disco, taça e um mandril sistema versaplus, todos autoclaváveis. O kit pode ser sortido ou em específico a um tipo de formado de borracha.	un	16	124,22
139	Sonda exploradora nº 5, em aço inoxidável. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	35	17,99
140	Sugador de saliva descartável, confeccionado em pvc atóxico com tubo transparente com fio de aço interno para fixação imediata na posição desejada, ponteira em pvc macio e vazado. Embalagem com 40 unidades constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na	pc	200	10,60



	ANVISA. Validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.			
141	Tesoura cirúrgica metzenbaum 15 cm reta, em aço inoxidável, ponta fina. Embalagem constando dados de identificação, procedência, nº do lote, data de fabricação e registro na ANVISA.	un	150	55,76
142	Tira de lixa para acabamento de resina - abrasivo à base de óxido de alumínio e costado de poliéster. Apresentação: caixa com 150 tiras de lixa. Tamanho das tiras: 4 mm de largura e 170 mm de comprimento. Abrasivo de granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira deve conter um centro neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. Cx 300.	cx	45	10,04
143	Tira poliéster - para restaurações em resinas, deve apresentar pequena espessura e alta resistência para facilitar a confecção da forma e do contorno das restaurações. Apresentação: caixa contendo 50 tiras de poliéster. Tira de poliéster transparente – envelope com 50 unidades de 10 x 120 x 0,05mm; flexível;	cx	45	10,65
144	Ultra-som e jato de bicarbonato: aparelho de mesa digital com sistema de irrigação independente, com reservatório transparente acionado por bomba peristáltica, sistema de 4 memórias para irrigação e potência do ultra-som jato de bicarbonato com 2 filtros de ar para drenagem e válvula de controle de fluxo de água. Caneta removível e autoclavável. Ultrassom com 4 níveis de rotação da bomba peristáltica, que permite a vazão adequada do líquido para cada tratamento. Sistema piezo elétrico com frequência de 28.000 hertz com capas removíveis e autoclaváveis da caneta do ultrassom, não sendo necessário retirar a caneta completa para autoclavar, não interrompendo assim a continuidade de atendimento a outros pacientes e não desgastando a caneta. Deve apresentar estojo com pelo menos (03) pontas (02) chaves para caneta. Apresenta sistema para uso de pontas diamantadas para dentística acionado por tecla independente. Apresente certificação anvisa para produto e indústria fabricante. Garantia mínima de 12 meses.	un	06	5.642,16
TOTAL GERAL				1.354.689,31

3. JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Saúde, visando atender bem seus munícipes, vem solicitar o estudo e a possibilidade de providências para abertura de processo licitatório objetivando a Contratação de empresas para aquisição de materiais odontológicos, para as equipes de saúde bucal em atuação no município de TAPEROÁ-BA, através de processo licitatório na modalidade cabível.



Em seguida, no Art. 196, a Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Dentre os direitos sociais, o direito à saúde foi eleito pelo constituinte como de peculiar importância.

Assim, é dever do nosso Município prover todos os meios necessários para regular prestação dos serviços de saúde, o que comporta a aquisição e o fornecimento de medicamento e materiais hospitalares aos interessados e necessitados destes.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Saúde, com a necessidade de atender as demandas da Equipe de Saúde bucal presentes nas Unidades de Saúde, assim como no Odontomóvel, realiza o processo licitatório para aquisição de materiais de consumo e instrumentais odontológicos para atender as necessidades de Saúde Bucal.

4. DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA:

A entrega dos itens deverá ser feita em 8 (oito) dias, a contar da data da Ordem de Fornecimento.

Os medicamentos deverão ter a data de fabricação recente, sendo no máximo de 06 (seis) meses; e validade de no mínimo 18 (dezoito) meses, sendo que ambos os prazos terão por data referencial a data da efetiva entrega dos medicamentos.

Deverão ser entregues na CAF - CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO. Endereço: Rua Marechal Deodoro, s/nº - Centro - Taperoá - Bahia - CEP: 45.430-000. Horário: 07h às 13h.

Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Ordem de Fornecimento.

Se a CONTRATADA não cumprir o prazo de entrega ou recusa-se a atender a Ordem de Fornecimento, sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá seu direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas no constante Termo de Referência.

Ocorrerão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

5. APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

Considerando as experiências anteriores desta Administração Pública, especialmente no que se refere à qualidade insatisfatória de determinados materiais fornecidos em certames pretéritos, fica estabelecido que os produtos ofertados deverão atender rigorosamente aos padrões de qualidade exigidos para uso nos serviços de saúde bucal do Município.

Dessa forma, as marcas sugeridas neste Termo de Referência têm caráter meramente indicativo de qualidade, podendo ser aceitas outras marcas, desde que comprovadamente equivalentes ou superiores.

Entretanto, com o objetivo de resguardar o interesse público e assegurar a adequada execução dos serviços, a Administração poderá, a seu critério:

Realizar análise técnica prévia dos produtos ofertados;



Solicitar, aos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de amostras dos materiais odontológicos, especialmente quando se tratar de marcas não conhecidas ou não utilizadas anteriormente pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

As amostras deverão ser apresentadas no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da solicitação formal, em local e condições a serem definidos no edital, para avaliação por equipe técnica competente, que emitirá parecer quanto à conformidade com as especificações exigidas, qualidade, desempenho e adequação ao uso nos serviços públicos de saúde.

A não apresentação das amostras no prazo estipulado, ou a reprovação destas, implicará na desclassificação da proposta, sendo convocado o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O Contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsável o servidor: **FISCAL DO CONTRATO: ALESSANDRO DE ASSIS MARTINS - FUNÇÃO: COORDENADOR DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.**

- a) Deverá ser feito o atesto correto;
- b) Informar em processo à não execução da entrega;
- c) Notificar a contratada por algum descumprimento;

Atestar a Nota Fiscal de acordo com a correta entrega da mercadoria.

Na ausência do servidor que ocupa o cargo acima, o responsável tanto pela gestão, quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição ao referido cargo.

Compete ao Fiscal do contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

A entrega deverá ser acompanhada da Nota Fiscal e Certidões vigentes.

O pagamento somente será efetuado após o “atesto” do servidor competente.



O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal com a Ordem de Fornecimento.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação de regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário, que deverá ser indicado pela CONTRATADA nas informações adicionais da Nota fiscal.

O CNPJ da CONTRATADA constante na Nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência ou Edital e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Remover, substituir e transportar, as suas expensas, todo ou em parte, o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência do transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objetivo com avarias ou defeitos.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Solicitar do município, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessário, que possam vir a comprometer a execução do objeto ou serviço.

Manter durante toda a execução do contrato ou ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

Assumir quaisquer danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da entrega ou causados por seus empregados ou prepostos.

A entrega do material será acompanhada pelo servidor responsável, podendo o mesmo recusar, quaisquer materiais que não estejam de acordo com as especificações neste Termo de Referência.

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas, formalmente.

Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município, no tocante ao fornecimento do objeto e prestação de serviços, assim como as obrigações previstas neste Termo de Referência.



Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência.

Responsabilizar-se pela falta do produto ou serviço, cujo fornecimento ou execução seja de sua responsabilidade, e que não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço ou objeto deste Termo de Referência.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Notificar a CONTRATADA, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja substituído.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor designado.

Aplicar ao fornecedor as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus prepostos ou subordinados.



ANEXO III

(MODELO) DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao

Município de Taperoá - BA

Referência: Edital do Pregão nº 012/2026

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com endereço na Rua, telefone:, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)., inscrito(a) no CPF/MF nº e RG nº – SSP/....., **DECLARA** expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Local e data.

(Nome - Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



ANEXO IV

(MODELO) PROPOSTA DE PREÇOS

(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao

Município de Taperoá - BA

Referência: Edital do Pregão nº 012/2026

Razão Social:

Endereço completo:

CNPJ/MF nº

e-mail:

Telefone:

Banco:

Agência nº

Conta bancária nº

Apresentamos nossa proposta de preços para o(s) item (s) abaixo detalhado(s):

ITEM	UNID.	QUANT.	MARCA/MODELO	DESCRIÇÃO	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)

O valor total proposto é de R\$ 00.000,00 (por extenso).

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: Conforme Edital.

Local e data.

(Nome - Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0084/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.850.342/0001-42, com sede na Praça da Bandeira, 138 – Centro – Taperoá - Bahia, neste ato, representado pela Prefeita Municipal a Senhora **Christianne Mary Pereira Guimarães**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 222991143 - SSP/BA e CPF/MF nº 439.376.325-49; doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 065, de 14 de outubro de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências do Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolve registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório na Modalidade de Pregão nº 012/2026, consoante as seguintes cláusulas e condições:

O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão nº 012/2026, com a proposta da DETENTORA, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como as demais leis pertinentes.

Após assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à da Dotação Orçamentária: Órgão: XXXXXXXXXX – Projeto/Atividade: XXXXXXXXXX – Elemento de Despesa: XXXXXXXXXX – Fonte de Recurso: XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A ata de registro de preços terá sua vigência iniciada na data da sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2. Para efeitos de garantia dos produtos e/ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, conforme descrito na Proposta de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO:

4.1. O preço para o fornecimento do produto é o constante desta Ata de Registro de Preços, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto.

4.2. No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da



execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES:

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses.

5.2. O preço registrado poderá, justificadamente ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, observados os requisitos constantes no item 12 do Pregão nº 012/2026.

5.3. A revisão de preços registrados deverá ser solicitada ao Gestor do Contrato e/ou Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS:

6.1. O fornecimento do (s) produto (s) e/ou serviço (s), registrado nesta Ata se darão através de Ordem de Compra/Nota de Empenho, sob responsabilidade da unidade de compras pertinente.

6.2. Cada termo contratual oriundo desta Ata deverá conter, no mínimo:

- a) Número do Pregão;
- b) Quantidade do produto;
- c) Descrição do produto requisitado;
- d) Local de entrega;
- e) Do recebimento;
- f) Dotação orçamentária onerada;
- g) Valor;
- h) Condições de pagamento;
- i) Penalidades;
- j) Garantia contratual, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 065, de 2021.

7.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

7.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

7.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição



de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

7.2.3. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

7.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão ou a execução do contrato;
- b) fraudar o Pregão ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.2.6. A sanção prevista no item 7.2.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Taperoá, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2.7. Poderá ser aplicada multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato licitado.

- a) Para as infrações previstas no item 7.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- b) Para as infrações previstas no item 7.2.4, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.2.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento



eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.2.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.2.9. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.4. A aplicação das sanções previstas no Edital de Pregão, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.6. O não pagamento nos prazos fixados nesta Ata de Registro de Preços acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir.

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar a CONTRATADA, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja substituído;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor designado;
- e) Aplicar ao fornecedor as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo



e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

g) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do *Termo de Referência*, bem como por qualquer dano a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus prepostos ou subordinados.

8.2. A CONTRATADA obrigar-se-á:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no *Termo de Referência* ou *Edital* e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Remover, substituir e transportar, as suas expensas, todo ou em parte, o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência do transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no *Termo de Referência*, o objeto com avarias ou defeitos;

e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) Solicitar do município, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessário, que possam vir a comprometer a execução do objeto ou serviço;

g) Manter durante toda a execução do contrato ou ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

h) Assumir quaisquer danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da entrega ou causados por seus empregados ou prepostos;

i) A entrega do material será acompanhada pelo servidor responsável, podendo o mesmo recusar, quaisquer materiais que não estejam de acordo com as especificações no *Termo de Referência*;

j) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas, formalmente;

k) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município, no tocante ao fornecimento do objeto e prestação de serviços, assim como as obrigações previstas no *Termo de Referência*;

l) Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

m) Responsabilizar-se pela falta do produto ou serviço, cujo fornecimento ou execução seja de sua responsabilidade, e que não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço ou objeto do *Termo de Referência*.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA:



9.1. A Contratada se obriga prestar garantia dos produtos, na forma da Lei, que deverá ser especificada na proposta de preços, iniciando-se a partir da emissão do termo de aceite (Atesto) do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A fiscalização sobre a execução das contratações da presente licitação se dará conforme as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 065/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

11.1. A Ata de Registro de Preços e seus contratos decorrentes podem ser extintos antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção da Ata de Registro de Preços, bem como, seus contratos decorrentes, não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de Preços podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.



14.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. O Município não se obriga a contratar exclusivamente pela Ata de Registro de Preços, podendo cancelar, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente nos termos da legislação específica, sem que caiba recurso por parte de detentor.

15.2. Os dados da Ata de Registro de Preços são decorrentes do Pregão nº 012/2026.

15.3. Os casos omissos relativos à execução serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO:

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Taperoá, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, para que surta os



jurídicos e legais efeitos, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Taperoá – Bahia, XX de xxxxxxxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE TAPEROÁ

Christianne Mary Pereira Guimarães

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF Nº 00.000.000/0000-00

DETENTORA



ANEXO VI

(**MODELO**) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao

Município de Taperoá - BA

Referência: Edital do Pregão nº 012/2026

O Município de e/ou Empresa
....., com sede na
.....,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, atesta para os fins que a empresa
....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº
....., inscrição Estadual nº com sede na
.....,
forneceu ao município / ou a empresa e executou todos os serviços dentro das especificações técnicas exigidas (especificar o tipo de produto ou serviço que forneceu ou executou), tendo cumprido rigorosamente o prazo de entrega, assim até o presente momento, não há nada que a desabone.

Local e data.

Nome - Assinatura e Carimbo do representante legal do município ou empresa